

Antropologia de indígenas do Piauí: etnografias de nós mesmos

Hélder Ferreira de Sousa Tacariju (UFDPa/Piauí)¹

Palavras-chave: Piauí; direitos indígenas; organização indígena

Neste trabalho pretendo refletir sobre as observações empíricas durante o período em que estive em campo para produção da tese de doutorado, a partir da participação como indígena e antropólogo, junto a uma organização indígena formada em Piripiri - Piauí, dentro do quadro das emergências étnicas na região nordeste do Brasil. Neste caso particular, o surgimento de uma reivindicação de base étnica, assistida por um antropólogo indígena, e que até então não apresentava similaridade a outras reivindicações deste tipo na região. Faço referências neste quadro sobre o período em que já tendo recolhido os dados com os quais trabalho, me foi possível reorganizá-los e refletir sobre estes, em outro momento, na tentativa de construção dialógica entre o indígena e o antropólogo.

Sobre isto se pode afirmar que o Capítulo VIII da Constituição Brasileira de 1988, Dos Índios, representa certo avanço da sociedade nacional rumo à efetiva participação democrática, ao menos no que diz respeito ao reconhecimento legal e a legitimidade dos direitos dos povos indígenas. É a partir de 1988 que as organizações de indígenas puderam ampliar seus espaços de atuação, quando foi possível transformá-las em organizações de personalidade jurídica.

Na esteira dos desdobramentos resultantes da luta e organização dos povos indígenas no Brasil e no nordeste do país², não tão recentes, mas inexistente até então no cenário local do Piauí. A Associação Itacoatiara rompeu uma linha, se estabelecendo em uma encruzilhada entre direitos à organização, direito à diferença e a reivindicação pela terra ancestral, e o mito do desaparecimento indígena no Piauí. Com um detalhe importante, pois a associação já surgiu com a participação de um indígena antropólogo, o que faz com que este acontecimento difira do padrão de ocorrências de outros episódios que podem ser compreendidos como reidentificações étnicas no nordeste do Brasil.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Sobre isto ver OLIVEIRA, Kelly Emanuely. **Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013. 273 pp.

A formação da Associação Indígena Itacoatiara, em Piripiri, Piauí, enquanto lugar de reflexão antropológica

A formação da Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri, em 2005, pelas famílias Guilherme, Colher de Pau, Beiju e Siana tornou-se um dos pontos de inflexão na luta dos povos indígenas no Piauí (SOUSA 2019)³. É neste sentido que é importante para os objetivos deste trabalho discorrer sobre a formação da Associação Itacoatiara, quais os fundamentos de sua criação e quais ideais coletivos estiveram presentes naquele momento. Para falar sobre estes fatos, tomei como base as ações de seus primeiros integrantes, para exemplificar como as ações fundamentaram as reivindicações, e encetaram uma nova modalidade de relação dos povos indígenas com o estado do Piauí, por trazer à baila questões que eram o pano de fundo para a discussão sobre povos indígenas nesta região do Brasil.

Até então discutir povos indígenas no Piauí estava restrito a certo acordo social tácito sobre a (ine)existência indígena. A questão que me dirige nesta parte do texto é que a nós, indígenas reidentificados no Piauí, reunidos em associação, fomos chamados para participar de disputas dentro do campo político e dos projetos que incluíam os indígenas, mas não eram acessados porque os indígenas não estavam presentes ou organizados⁴.

De qualquer modo partimos em situação assimétrica sob vários aspectos. Como exemplo, os requisitos da participação de indígenas nas disputas em editais do Estado. Embora as ações principalmente estatais tentem englobar todas as categorias, não concebiam que os povos indígenas no Piauí, dado a novidade da participação não estavam instrumentalmente capacitados para as disputas, tanto ponto de vista de os participantes na arena de disputa de verbas nos editais, entravam com pouquíssimas chances de concorrer com outros grupos, como quilombolas, ribeiras, pescadoras e pescadores, mais afeitos e experientes, como também não possuindo corpo técnico capaz de atender às demandas requeridas pelos promotores das ações.

Diferente de outros casos, quando os antropólogos são trazidos à cena quando organizações como a igreja, sindicatos, ministério público, ministério da justiça via FUNAI ou instituições de ensino superior intervêm e requerem intervenção que utiliza o

³ SOUSA, Hélder Ferreira de. **Existências resistências, aí é apostado, Tii!!: reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri - Piauí**. (Tese de doutorado), Recife, UFPE, 2019.

⁴ O caso da primeira participação da Associação Itacoatiara em editais governamentais, analisada por mim em 2009, na comunicação “As relações entre a Associação Itacoatiara e o PCPR: desafios a autonomia indígena no Piauí” feita na II Reunião Equatorial de Antropologia, em Natal.

instrumental antropológico especializado, no caso em tela, procurei agir como indígena e antropólogo, tendo o cuidado de refletir sempre sobre minha atuação ou de balizá-la pelas normas que regem o trabalho antropológico.

Através de um processo de negociação de longo tempo, pois conhecia alguns membros das famílias de indígenas desde minha adolescência, na cidade de Piripiri, fui chamado à ação pelo cacique Zé Guilherme e outras famílias associadas, e passamos a representar o movimento dos indígenas do Piauí desde então. Foi através desta reivindicação primeira, o acesso à terra, que me associei e permaneço associado às reivindicações das famílias que desta forma puderam no mínimo optar, se aceitavam os fardos pesados de uma reivindicação étnica, em condições de existir diferentes, como indígenas.

Desta forma, falo a partir de um lugar implicado, onde se mesclam minhas origens étnicas, somadas ao participar de uma organização indígena, nas origens do coletivo de famílias, algumas delas bastante próximas, posto que personagens de minhas memórias particulares e de minhas relações pessoais a mais de quarenta anos, que é mais ou menos quando se gesta, em raízes concretas, as sementes de minha reidentificação étnica e do grupo de famílias. Como afirma Cardoso de Oliveira⁵, ao refletir sobre as contraposições entre a identidade, o sujeito individual e o ser social

Nessa linha de raciocínio a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo daquela (CARDOSO DE OLIVEIRA, p. 119).

Tentarei, nesta parte do trabalho explorar, sem nunca pretender exaurir, o tema do processo de formação de organizações familiares e políticas, da minha própria e de outras famílias indígenas⁶. Pretendo deter-me um pouco mais nos processos que permitirão o assumir identidades de indígenas, para dialogar com os sentidos de identificar-se e como transformar este processo em um modo de reinsurgir-se contradiscursos e práticas que pretendem anular as diferenças e ocultar a diversidade étnica nesta região. Além disto, penso ser possível chamar a atenção para dificuldades de acesso à terra, à saúde e educação para algumas famílias dos grupos, sob vários aspectos.

⁵ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, 2007, p.

⁶

Tais reivindicações passam a ser vocalizados coletivamente.

Nesta mesma direção, sendo eu mesmo membro de uma das famílias indígenas participantes do processo, busco atentar grande parte para o conflito entre interesses, regras e valores das sociedades não indígenas *versus* sociedades indígenas, e identificações em confronto, procurando considerar os diversos pontos de vista a partir dos quais se pode ver e interpretar uma realidade. De forma particular, tento examinar, mesmo que de relance, o papel do próprio pesquisador frente à sociedade com a qual estuda e que é a mesma de onde procede e onde se autoidentifica, juntos de outros, como indígena.

Deste modo perseguirei metodologicamente não ficar limitado somente à descrição das experiências que tratarei aqui, mas me interrogar sobre as condições sociais que tornaram possíveis estas experiências, tentando examinar em que sentido a Associação e seus associados puderam contribuir – e contribuem – para a construção de uma visão do mundo que, juntos, organizamos.

O dia da fundação da Associação Itacoatiara

Em fevereiro de 1998 estive na casa do indígena José Guilherme de Araújo Silva e sua esposa Maria dos Anjos localizada à Rua Avelino Resende, nº 1645 no bairro Flor dos Campos, em Piripiri. O objetivo de minha visita foi conversar sobre sua família, ascendência e descendência, origens e movimentações na região entre Viçosa, na Serra da Ibiapaba, o litoral piauiense e a decisão sobre fixar residência em Piripiri. Conversamos ainda sobre indianidades, e sobre o porquê de ele e seus irmãos serem chamados de “índios”. Esta reunião informal marcou o início do movimento de retomada.



Foto 1 - Reunião na casa do cacique Zé Guilherme, bairro Flor dos Campos em 2009. Da Esquerda para direita Antônio Guilherme, Maria Dos Anjos Silva, esposa do cacique, Francisca Silva, esposa do Antônio, o cacique Guilherme e o indígena antropólogo. As crianças são neta e netos do cacique. Foto de Areolino Lucrécio, do arquivo particular do autor.

Cerca de sete anos depois do encontro em que partilhamos nossas visões sobre o movimento e a necessidade de organização, junto a seus irmãos e outras famílias, juntas também na tarde chuvosa daquele fevereiro de 2005, no mesmo local de moradia do futuro cacique, ocorreu a reunião que fundou a Associação Itacoatiara. Dias antes, de bicicleta, cujo quadro, o cacique percorrerá as casas de famílias que se afirmavam indígenas, para convidar e acertar suas presenças na referida reunião. Era este o modo de trafegarmos informações, passadas a mim pessoalmente ou através de um telefone público, próximo à casa, que serviu como meio privilegiado de comunicação enquanto eu residia em Teresina, capital do estado, onde estive entre 2003 e 2009. Através deste era possível saber sobre o grau de adesão das famílias às próximas reuniões da Associação, ou se havia clima para fazê-las.

À primeira reunião na casa do líder estiveram presentes seus irmãos Antônio, o mais velho, sua esposa do segundo casamento, filhos e netos, além do Osmar, o caçula do grupo de irmãos. Da casa dos Beiju vieram D. Vicença e os filhos Lourival e Francisca, com sua filha e neta, o Francisco Beiju e o pajé Helvídio, irmão de D. Vicença e sua esposa D. Lúcia. Da mesma família veio Seu Chico, sobrinho da esposa de Helvídio, que ficou no lugar de vice-presidente. De minha casa estavam minha companheira, Maria dos Remédios, meus irmãos Hécio e Helisa, nosso amigo Claudius Tupinambá, ainda o Antônio de Pádua Rodrigues de Sousa, da Fundação Ecológica Piripiri, que assinaram a ata de fundação da Associação Itacoatiara, Além destes também Seu Antônio Colher de Pau, acompanhado da esposa, D. Graça, e da irmã, D. Raimunda e o esposo Seu Chico, acompanhados da Socorro Silva, dos Colher de Pau. Além destes um terceiro, Seu Chico Silva, o Corujinha, morador do bairro Flor dos Campos. Outro presente à ocasião, e um dos primeiros participantes da Associação, foi João Lucrécio, vizinho da casa do cacique Zé Guilherme, e seu irmão Areolino Lucrécio, que é fotógrafo e registrou a reunião.



Foto 2. Fundação da Associação Itacoatiara, em fevereiro de 2005, residência do cacique Zé Guilherme, Bairro Flor dos Campos, em Piripiri, Piauí. Foto de Areolino Lucrécio. Arquivo particular do autor.

A cerimônia foi simples e constou da leitura dos termos do estatuto, discutido ponto a ponto com os presentes, constando todos os pormenores da criação jurídica da organização. Naquele instante, em conversas iniciais, alguns liames puderam ser percebidos entre as famílias que compunham a organização. Um deles era que a grande maioria dos membros viva na cidade e não detinha terras para exercer suas atividades, além de que portavam histórias familiares que remontavam passados aparentemente separados, com algumas semelhanças como a vinda de localidades no Ceará, na mesma região da Serra da Ibiapaba, e marcadas por antigos pertencimentos e deslocamentos entre Piauí e Ceará.

Além dos deslocamentos, outro traço de coincidência entre parte delas é que não detinham empresa ou negócios em seus nomes ou pertenciam a sociedades econômicas. Parte considerável das famílias necessitava de um lugar para plantar e poder com isto bancar parte da sobrevivência de suas famílias, mas não o possuía. No caso dos Guilherme, animava o grupo a possibilidade de produção que a posse de uma terra potenciaria. —Vamos ter peixes, vamos poder fazer as roças e sair da cidade. Eu mesmo vou embora para lá, disse o futuro cacique. Vamos convidar só gente que queira mesmo trabalhar, cada um com sua casa e seu lugar disse o então primeiro presidente.

Para os da família Colher de Pau, a terra seria essencial para o ofício de Seu Antônio Colher de Pau, que é artesão. O ofício aprendera com o pai, o Vói Paulo Silva, ainda em Santa Rosa, na zona campesina do município de São João da Fronteira, o ofício de “mexer com madeira”, segundo ele. Em seu ofício produzia desde peças para uso doméstico, como pilões, colheres de pau, gamelas, utilizados nos afazeres domésticos. Outro fazer é a produção de ex-votos, que são réplicas de partes do corpo adoecido, em sua maioria de corpos humanos, embora também se faça por animais, prometido a santo ou santa. As promessas geralmente estão voltadas à recuperação da saúde, e são acertos entre um fiel e os seres considerados sagrado e capazes de milagres. As réplicas são levadas para altares, geralmente depositados em locais frequentados pelos fiéis, como pagamento e lembrança dada ao santo ou santa na busca de cura.

O ofício de Seu Antônio Colher de Pau requer que ele sempre disponha de madeira, de preferência marfim (*Balfourodendron riedelianum*), porque de acordo com ele a madeira é boa e mais mole. Desenvolve sua atividade sem dispor de propriedade sobre qualquer tipo de imóvel, buscando a matéria-prima para a atividade no campo, próximo à cidade. Seu Antônio pretende que em caso de a Associação conseguir uma propriedade, esta tenha árvores que possam ser utilizadas no ofício. Relatou que a cada

vez que precisa de madeira para o trabalho precisa se afastar mais de sua residência, no bairro Petecas, em Piripiri.

Segundo ele, isto o coloca em perigo, de inclusive ser preso ou pela polícia, se for acusado de estar roubando a propriedade de alguém, ou pelo IBAMA, pelo corte de árvores. A posse da terra não permitiria a ninguém mais dizer que ele está roubando madeira, quando na verdade está garantindo a sobrevivência. Àquele momento morava em uma casa no bairro Petecas com a esposa, D. Graça e quatro filhos do sexo masculino. No mesmo grupo de casa, moravam as irmãs de Seu Antônio, D. Raimunda e Maria, ambas artesãs:

É isto que o povo diz quando me vê com os cortes de madeira. Algumas vezes consigo comprar, noutras eu mesmo saio procurando até encontrar. Já aconteceu de eu ter acabado de cortar a madeira e aparecer o IBAMA e me tomar. Se eu tivesse um lugar para pegar madeira, a coisa já melhorava muito (Antônio Colher de Pau)

Ao grupo de famílias Colher de Pau, moradores no bairro Petecas, pertencia D. Raimunda, casada com Seu Chico. Além de artesã, ela e o marido cultivavam hortaliças no espaço da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Antônio Giovanni Alves de Sousa, em Piripiri, localizado também no bairro Petecas, num projeto que envolve outras famílias da região. As verduras e hortaliças produzidas eram comercializadas no mercado local. A Maria de Fátima, a mais nova do grupo, era mãe de oito crianças. A família do pessoal do Beiju também almejava a terra. O objetivo era ter uma área para botar roça e ter como bancar uma existência muito sofrida

Todo ano faço roça no cercadinho daqui de casa. Sempre tenho milho, feijão. Chegamos aqui quando estava sendo construído o açude Caldeirão. Havia uma seca muito grande e ficamos aqui porque meu pai arranhou emprego na obra da barragem em construção. Eu, meus irmãos, o mais velho o Elpídio e o Francisco, que é o Beiju que o povo chama. Nunca tive terra e agora construí esta casinha, mas o terreno foi o proprietário, o Juquinha, que me deu, dado (Vicença Beiju)

A terceira reunião da série de reuniões que precederam a formação da Associação Itacoatiara ocorreu na casa da D. Vicença, com apoio das demais famílias, que se fizeram presentes no final da tarde de domingo, dia 12 de dezembro de 2004. Seu Chico, primeiro vice-presidente da Associação Itacoatiara, pertencia a este grupo familiar e residia no bairro Floresta, mais próximo área central da cidade. Juntava as atividades de pescador, “com direito a receber seguro-defeso e tudo”, com as atividades de vigia no Mercado Central de Piripiri, função que dividia com os filhos, pois segundo ele, ficar acordado

durante a noite era “muito pesado”. É sobrinho do pajé Helvídio e de D. Vicença Beiju, embora nunca o tivesse visto usar esta denominação para se identificar.

A quarta reunião ocorreu na casa do Antônio Guilherme, também no bairro Floresta, e integrantes das famílias que estiveram nesta reunião eram mais ou menos, em quantidade, os que estiveram presentes na casa dos Beijus. Estiveram além de Antônio, sua esposa e as duas famílias do casal, além de seu irmão Zé Guilherme e família. Também estiveram D. Vicença, seus filhos Lourival e Francisca, no que foram acompanhadas por seus filhos e netos. Da família de Beiju, também aderiu o irmão mais velho de D. Vicença, que ficou conhecido como o primeiro pajé da Associação Itacoatiara: “Aqui é o nosso pajezinho!”, dizia o cacique Zé Guilherme. Helvídio, o Bodó, tinha por volta de setenta anos, era casado com D. Lúcia e deficiente visual. Sempre repetia que adultos deveriam ter muita paciência com as crianças, embora não houvessem tido filhos. Seu sobrinho, Francisco, foi o primeiro vice-presidente da Associação Itacoatiara.

Considerações finais

Neste trabalho procurei mostrar através da etnografia do surgimento da Associação Itacoatiara como os povos indígenas do Piauí vão se posicionando em um campo de disputas como protagonistas na construção de suas demandas e na defesa de seus direitos por meio da mobilização política. O resultado do processo inicial é a diversidade dos movimentos indígenas no Piauí, no presente, bem como suas relações com o poder público, com as ONGs e no interior dos próprios movimentos indígenas. Sobre isto é importante destacar que o Piauí convive com os dilemas mais atuais enfrentados pelos movimentos indígenas no Brasil, principalmente no que se refere à “construção de novas lideranças indígenas”, capacitadas dentro de uma lógica de um “mercado de projetos” caracterizado pela burocratização, pela especialização e pela necessidade de capacitação.

Trago também alguma discussão relevante para a antropologia, como a questão das indianidades e das emergências étnicas e da reapropriação cultural. A criação de uma organização de povos indígenas no Piauí, cuja característica era desconsiderar sua presença, como objeto de estudo, além da participação de um indígena antropólogo, pode trazer elementos importantes para discutir o papel da antropologia, e as mudanças no cenário, quando os antigos sujeitos passam a tomar a disciplina como base para as elaborações.

Até então caracterizados, como apontado por João Pacheco de Oliveira, por uma dificuldade de visibilidade dentro do contexto nacional devido à sua “pouca diferenciação cultural”, as populações indígenas do Nordeste foram por muito tempo excluídas das políticas indigenistas oficiais e dos estudos antropológicos (OLIVEIRA, 1998). Não obstante, é essa peculiaridade das populações indígenas do Nordeste, caracterizadas por um contato prolongado e intenso – o mais antigo – com a sociedade não indígena que traz ao movimento indígena no Nordeste certa singularidade, além de complexidade em relação às demais mobilizações indígenas.

Importante salientar que os povos indígenas do Nordeste, justamente por estarem envolvidos em práticas sociais muito próximas às de outros movimentos sociais brasileiros, destacam-se pela capacidade de ação e estratégias políticas de mobilização na reivindicação por seus direitos. No Piauí, apesar da tardia mobilização, também não é diferente.

Bibliografia consultada

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, 2007.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely. **Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013. 273 pp.

SOUSA, Hélder Ferreira de. **Existências resistências, aí é apostado, Tii!!: reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri - Piauí**. (Tese de doutorado), Recife, UFPE, 2019.